



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil  
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



# **A GESTÃO DAS POLÍTICAS DA EJA NA SEMED - MACEIÓ: O OLHAR DE GESTORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS**

**Maria Jeane Bomfim Silva[i]**

**Maria Betânia Gomes da Silva Brito[ii]**

**Eixo Temático 1: Educação e Políticas públicas**

## **RESUMO**

Este artigo busca discutir a gestão das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos a partir do olhar dos gestores e técnicos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED no período de 2005 a 2010. A metodologia adotada é de cunho qualitativo pautada em referencial bibliográfico, tendo como base de estudo: Libâneo, (2004); Bordignon (2009); Apple (1997), Verçosa (2006); Vieira (2009) entre outros autores, e dados oriundos de entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos gestores que estiveram à frente da gestão da SEMED e técnicos pedagógicos que fizeram parte da equipe gestora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos – DEJA da secretaria em questão. As falas dos sujeitos entrevistados revelaram que as ações de gestão democrática no interior da SEMED buscaram ratificar decisões firmadas sem a participação coletiva.

**Palavras – chave:** Gestão democrática, Educação de Jovens e Adultos, participação.

## **ABSTRACT**

This article discusses the management of public policies for the Education of Youth and Adults from the look of managers and technical teaching of the Municipal Education Maceio - SEMED the period 2005-2010. The methodology is a qualitative grounded in theoretical foundations, based on the study: Libâneo, (2004), Bordignon (2009) Apple (1997), Verçosa (2006), Vieira (2009) among other authors, and data from of semi-structured interviews with subject managers who were at the forefront of management and technical educational SEMED that were part of the management team of the Department of Education

for Youth and Adults - DEJA secretariat concerned. The discourses of the interviewees revealed that the actions of democratic management within the SEMED sought to ratify decisions without the signed collective participation.

**Words - Tags:** Democratic management, Youth and Adults, participation.

## Introdução

A gestão educacional regulamentada pela Constituição Federal - CF/1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBN 9394/96, organiza os sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, especificando os princípios norteadores, entre estes, destacam-se a gestão do sistema educacional e a gestão escolar. Nesse bojo encontra-se a gestão democrática que permeia tanto os sistemas educacionais, quanto a gestão escolar. Para Vieira (2009), a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Essas duas esferas estão intrínsecas no âmbito da gestão e têm seu processo definido pelos sistemas de ensino, os quais determinam a gestão democrática na escola pública. Dessa forma, os sistemas de ensino elaboram normas próprias, desde que a participação seja realizada na mediação do grupo escolar, na elaboração do projeto pedagógico e da comunidade escolar representada pelos conselhos escolares.

Mas a regulamentação dessas normas no âmbito dos sistemas, necessariamente, deve seguir as determinações da legislação nacional acima referida. Foi em atendimento a Constituição Federal e antecipando-se à LDB, que Maceió iniciou, no ano de 1993, o processo de implantação da gestão democrática da escola pública. O principal responsável pelas mudanças foi o resultado da **disputa eleitoral em 1992, com vitória do então prefeito Ronaldo Lessa, fruto da coligação** Partido Socialista Brasileiro – PSB e pelo Partido dos Trabalhadores – PT. **A capital alagoana iniciou um processo de constantes** mudanças no **panorama político maceioense e alagoano, que durante muito tempo esteve sob o domínio do grupo de direita com líderes políticos que se alternavam nos cargos com o objetivo de manter o poder na região. O descrédito da população foi o que definiu o resultado da eleição, dando a vitória ao candidato que, durante a campanha, esteve em terceiro lugar nas pesquisas de opinião. Esse fato denota uma reação da população maceioense que pode até ser atribuída à politização de boa parte dos cidadãos ou ao cansaço ao mesmo modelo de gestão.**

**A capital alagoana toma o rumo dos partidos progressistas, isso se reflete na política educacional. Nesse processo, a Secretaria Municipal de Educação de Maceió passa a ser gerida pela professora Maria José Viana, fato inédito no contexto político educacional por se tratar de uma professora ligada ao Partido dos Trabalhadores, pois até então só haviam assumido esse cargo pessoas com outras formações e de partido de direita.**

**Nesse novo contexto político, o gestor municipal teve maior espaço de atuação, pois realizou coligação com um único partido, e de esquerda. Esse cenário de suposta autonomia decisória trouxe novos encaminhamentos às políticas públicas da educação que anunciavam mudanças para fortalecer a educação democrática do município**

A mudança no perfil educacional no município de Maceió começa a partir do ano de 1993, com o início do mandato do prefeito Ronaldo Lessa. Um novo perfil político e, conseqüentemente, educacional, começa a se delinear. Fruto de uma coligação de partidos de esquerda (PSB-PT), a eleição de Ronaldo Lessa representou um avanço significativo na história política da capital e também do estado.

A mudança no perfil educacional no município de Maceió começa a partir do ano de 1993, com o início do mandato do prefeito Ronaldo Lessa. Um novo perfil político e, conseqüentemente, educacional, começa a se delinear. Fruto de uma coligação de partidos de esquerda (PSB-PT), a eleição de Ronaldo Lessa representou um avanço significativo na história política da capital e também do estado. (COSTA, 2000 p.8)

Iniciam-se também nesse período as discussões a respeito implantação da gestão democrática nas escolas municipais, ponto de partida para a eleição direta de dirigentes escolares, que continua até os dias atuais e acabou por se tornar “o carro chefe” da gestão democrática.

A Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED tem sua oferta educacional regulamentada em 130 unidades escolares, com atendimento da creche ao Ensino Fundamental. Destas, 48 ofertam a Educação de Jovens e Adultos, as quais se localizam em sua maioria, nos bairros periféricos da cidade, onde há pessoas, jovens e adultas analfabetas, a partir dos quinze anos de idade, ou com a escolarização de ensino fundamental incompleta. As ações voltadas para essa modalidade de ensino são de responsabilidade do Departamento de Educação de Jovens e Adultos - DEJA, o qual se encarrega, entre outras ações, da viabilização das políticas públicas da EJA, seguindo orientação do gestor da SEMED, no atendimento aos alunos matriculados nas escolas da rede que ofertam a modalidade de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA se configura em seu processo histórico como uma educação compensatória e emergencial, considerada tão somente para atender ao modelo sócio econômico. Toma-se a educação como elemento preponderante para o desenvolvimento do país sem, contudo considerar o processo laboral e intelectual desses sujeitos, que fazem parte do contexto da gestão democrática da escola pública.

Para Bordignon (2009, p. 149) “A gestão do sistema municipal de ensino constitui-se, essencialmente, como um processo de articulação para o desenvolvimento da Proposta Político Pedagógica de sua jurisdição”. Ainda segundo o autor, esse processo está imbricado ao modelo de sociedade e concepção de educação defendida pelos gestores. Dessa forma, as políticas públicas elaboradas pelos sistemas educacionais, irão efetivar-se na escola, mesmo que não estejam vinculadas à gestão democrática, devem se configurar em ações definidas coletivamente com todos os que compõem esse sistema.

Em atendimento à Constituição Federal de 1988, a Secretaria de Educação de Maceió implantou a gestão democrática, no ano de 1993 após um longo processo de discussão com a comunidade escolar. A EJA fez parte desse processo de implantação, pois já atravessava desafios no tocante à alfabetização:

Para reverter o quadro alarmante de analfabetismo e evasão escolar verificado até 1992 na rede municipal a SEMED assume como compromisso, democratizar o ensino e a gestão educacional, elencando dentre os inúmeros desafios “acabar com a ingerência partidária na administração da Secretaria [grifo meu]” (FRANÇA et al., 1995, p.22).

A escola pública deveria estabelecer relações democráticas que se constroem, se firmam se refazem diariamente. Os sujeitos que atuam nesse processo criam mecanismos de participação social nas mais diferentes esferas. Tanto o sistema educacional quanto a escola devem ser concebidos como espaços de relações democráticas e compreender que a democracia funciona como múltiplas formas nas questões sociais, que também estão presentes nas escolas democráticas, contrariando a posição dos quem defendem democracia dissociada do espaço escolar.

[...] muita gente acredita que democracia é apenas uma forma de governo federal e, por isso, não se aplica a escolas e instituições. Muitos acreditam que a democracia seja um direito dos adultos, não dos jovens. E alguns pensam que a democracia simplesmente não funciona em escolas. (APPLE, 1997 p17):

Apesar de a escola ser um espaço democrático, as escolas democráticas tem perdido força na mobilização da comunidade escolar em prol da luta por uma educação de boa qualidade. A comunidade escolar não consegue se mobilizar o espaço que deveria primar pela coletividade, conta com a individualidade. Se há individualidade, não há uma ação participativa. De acordo com Libâneo (2004), além de a escola contribuir com a formação de sujeitos críticos participativos, pode desenvolver a autonomia e a participação.

Para a EJA a participação dos alunos nas discussões dos problemas da escola, nas decisões coletivas sobre deliberações de ações, é fundamental para que estes exerçam seu papel social na comunidade escolar,

para tanto é papel de a escola trabalhar a politização desses sujeitos. Mas, em vez disso, os alunos sujeitos da EJA, apenas, chamados à “participação”, no momento das eleições diretas para gestores escolares. Passada essa fase de euforia no espaço escolar, esses mesmos sujeitos caem no esquecimento e voltam a participar no próximo pleito eleitoral.

O que dizem os gestores e técnicos pedagógicos

A gestão escolar, dita democrática, nas escolas municipais de educação do município de Maceió se concentra na eleição direta para gestores escolares, como o mais importante momento de participação escolar. Mas apesar desse processo eleitoral e democrático, alguns espaços escolares contam com o mesmo grupo gestor desde a implantação da gestão democrática na SEMED, o que é expressando na fala do entrevistado:

[...] infelizmente, a gente sabe que houve uma distorção muito grande do início da implantação da gestão democrática até os dias de hoje, eu não sei nem se a gente pode chamar o que está acontecendo hoje de gestão democrática até primeiro, os diretores se mantêm a vida inteira, na gestão da mesma escola desde 93. (grifo nosso) ( Secretário “A”)

O maior princípio da democracia é a participação popular, mas esta tem se distanciado da prática das escolas e da SEMED. A gestão tem o discurso de democrática, mas há uma contradição expressada na fala do entrevistado. O demorado tempo de atuação no mesmo cargo de dirigente escolar e o distanciamento entre a gestão na [iii]esfera macro com a gestão na esfera micro, tem refletido negativamente no cotidiano escolar. O poder, quase ilimitado dos diretores escolares e o distanciamento do sistema de educação, tem se configurado como uma ação antidemocrática, numa gestão que se diz democrática.

Nos últimos tempos o discurso da gestão democrática está presente nas diferentes esferas educacionais. Os gestores dos sistemas educacionais se apropriam desse discurso para justificar suas ações, mas na prática as decisões são tomadas sem a participação dos envolvidos nesse processo, equipe gestora da SEMED e equipe gestora da escola.

Tornou-se lugar comum a gestão escolar como sendo o único espaço para o exercício da gestão democrática. Mesmo assim, a eleição para gestores escolares ocupa o centro das discussões, mas a gestão democrática na escola pública precisa fazer parte tanto dos sistemas educacionais quanto da escola, ambos constituem o processo democrático envolvendo a gestão participativa a escola, a comunidade, os conselhos escolares. Nesse sentido, a participação na gestão da escola, não se limita a reuniões com o objetivo de, tão somente, comunicar decisões definidas anteriormente, essa ação é tratada em alguns espaços escolares como gestão participativa, participação sem discussão, sugestão, proposição. Inclusive os sujeitos alunos da EJA, que deveriam ser parte do coletivo escolar, são chamados a participarem apenas nas eleições diretas para gestores escolares.

A fragmentação da EJA na gestão central resvala no espaço escolar, isso reflete nas ações dos gestores escolares que colocam essa modalidade de ensino em segundo plano. Os alunos da noite, assim denominados por boa parte dos gestores, ficam fora de atividades pedagógicas que os alunos do dia estão inseridos. No turno noturno, a sala de leitura é fechada, o laboratório de informática também não abre suas portas para atender a EJA. Há um tratamento diferenciado para os sujeitos da mesma comunidade escolar.

Há uma discussão geral sobre a importância da participação caracterizada como uma forma consciente de organização e atuação de um grupo social frente à superação de atitudes de acomodação e alienação, compreendida como um processo dinâmico na gestão educacional. Tanto na SEMED, quanto na escola, a visão de participação equivoca-se quando compreendida apenas para divulgar as decisões das ações que serão realizadas, sem, contudo, ter sido garantido o espaço de discussão. Na escola a participação se efetiva para a promoção de eventos escolares ou quando confirma as decisões da gestão. A gestão encarada dessa forma tem várias implicações na efetivação das políticas públicas, tanto para crianças,

quanto para os sujeitos alunos da EJA. A partir do instante que fóruns de debates e discussões, são realizados, todos que se envolvem no processo de gestão democrática terão consciência da importância da participação nas decisões que definirão os rumos de uma educação de qualidade.

A gestão democrática não se coaduna com ações que centralizam e verticalizam as decisões que deveriam ser tomadas coletivamente. Se assim for implantada deixa de ser democrática e dá lugar a uma gestão autoritária. O poder concentra-se nas mãos de alguns e as decisões são tomadas a partir da concepção de homem e de sociedade dos que estão no poder. Dessa forma, a educação deixa de ter caráter humanizador, libertador, transformador e passa a ser pensada através de uma concepção autoritária.

A interferência política partidária na gestão das políticas públicas educacionais é um dos fatores que contribuem para enfraquecer as ações dos gestores. Para alguns desses gestores, tal interferência é retratada como o maior entrave nas ações voltadas para a educação municipal. Conforme aponta a fala do sujeito:

[...] o maior entrave que a gente encontrava lá dentro era a questão mesmo política, não era nem lá dentro da SEMED. [...] Interferência política, quando eu digo interferência política é interferência dos políticos, de vereadores, interferência, da gestão geral da prefeitura, do prefeito no caso enfim... [...] o maior entrave foi o não entendimento da educação, a não prioridade das pessoas que estavam à frente da prefeitura na época. (grifo nosso) (secretário de educação)

Ainda em relação à existência de gestão democrática na SEMED o técnico "A" relata:

Eu não acredito que havia gestão democrática na SEMED. Eu acho que a secretaria municipal ela lançava mão de algumas estratégias da gestão democrática como as reuniões ampliadas, as assembleias, mas na verdade era pra informar, não era pra discutir, pra pensar, pra repensar, pra planejar junto, eram reuniões de informar, de uma, e, e eles faziam isso de uma maneira assim, sutil, carinhosa que se tornava velada, uma gestão antidemocrática nem, nem todas as pessoas que faziam parte desse momento conseguiam compreender o que tava por trás, o processo de manipulação que tava por trás daquilo tudo.

A fala revela ações intencionais que objetivavam expressar uma gestão democrática, que na verdade centraliza suas ações e assim ganha concretude. Todos os envolvidos convocados a "participação" participavam sem o direito de opinar decidir, sugerir, refletir questionar as imposições. A tomada de decisão efetiva-se sem a participação coletiva, evidenciando a centralização do poder. A fala do sujeito entrevistado demonstra claramente a forma como se efetiva as ações de gestão democrática dentro de sistema educacional. Percebe-se o distanciamento entre a gestão democrática teorizada e a praticada.

Na medida em que a gestão participativa amplia os espaços de atuação popular, controla a participação coletiva. Tal controle se expressa de diferentes formas, principalmente quando os sujeitos são levados a acreditarem que fazem parte do processo decisório, mas de certa forma acabam servindo aos interesses dos que estão no comando das ações de um Estado que mantém velhas práticas de centralização do poder.

Para Mendes (2009, p. 70), "A história tem revelado que a relação estabelecida entre o Estado e os indivíduos é de subordinação e não de participação conjunta e atendimento dos interesses da coletividade". Dessa forma, a coletividade continua a servir aos anseios do Estado, contribuindo mesmo que indiretamente com a própria dominação.

A gestão que inicialmente se mostrou democrática, sofreu rupturas, a partir da interferência político partidária no processo de gestão da educação. Assim, as políticas públicas que deveriam servir à população sofrem fragmentações que interferem na qualidade do ensino. Mas, para compreender o poder no qual essas políticas estão atreladas, é necessário situar parte do contexto sócio histórico da política alagoana, onde se situa também a política educacional. Assim tal poder faz parte da tradição oligárquica, que ainda continua presente na política local, como aponta Verçosa (2006, p. 22):

[...] poder que perpassam e continuam ainda hoje a perpassar, simultaneamente, as relações sociais mais amplas na vida alagoana e aquelas que se estabelecem no interior de cada uma de suas instituições em particular. [...] esta História nos revela o predomínio e a permanência das elites oligárquicas alagoanas, [...] parece nos mostrar que, pelo menos em Alagoas, ele se constituiu sempre como modelo a ser admirado por todas as demais camadas e, em alguma medida, seguido em todas as instâncias da vida social.

Dessa forma, os caminhos trilhados pela educação sofrem influências que remontam o poder das velhas oligarquias. Seus resquícios são preservados na atualidade, e se mantém como herança cultural negativa, mesmo assim são seguidos pela atual política partidária alagoana. Em certa medida, as políticas voltadas para a educação seguem essa dinâmica de manutenção e alternância de poder.

#### Considerações finais

A compreensão dos gestores acerca da gestão da EJA na SEMED/Maceió apresenta pontos de contradição que traduzidos nas falas, certamente interferem no desenvolvimento e qualidade da educação municipal.

Evidenciou-se, a despeito das discussões sobre gestão democrática no tocante a legitimada a partir da Constituição Federal de 1988, que gestão democrática na SEMED antecipou-se a promulgação da LDB 9394/96, mas atravessou momentos de avanços, retrocessos e estagnação, a depender da mudança de gestão, a discussão se apresentava insuficiente.

Os posicionamentos dos entrevistados denunciam a fragmentada gestão democrática praticada pela SEMED. Ao apontar pontos de estrangulamento como a permanência de gestores escolares por longos períodos nos cargos e a não participação dos técnicos das decisões políticas que definem os destinos da educação municipal, mais uma vez, a gestão democrática cede espaço para gestão centralizadora, que certamente tem relações estreitas com o processo de construção sócio histórica no qual o Estado de Alagoas está inserido.

#### Referências

APPLE, Michel e BEANCE James (Orgs). **Escolas Democráticas**: São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº. 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996. Lei nº 11.494/2007

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002

COSTA, Maria Silvia. **Repensando o processo de formação continuada dos professores da educação de jovens e adultos no município de Maceió**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

LIBNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa Social**: Abordagens qualitativas: São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MENDES, Valdelaine. **Democracia participativa e educação e educação**: a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo: Cortez, 2009.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas: História, histórias**; 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: Política e gestão da escola**: Brasília: Líber Livro, 2009.

---

[i] É pedagoga e mestre em Educação Brasileira/UFAL, professora da rede pública estadual de Alagoas e integrante do Setor de Estudos de Políticas e Gestão da Educação. E-mail: jeanebomfim@ig.com.br

[ii] É pedagoga e mestre em Educação Brasileira/UFAL, professora da rede pública estadual de Alagoas e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFAL, integrante do Setor de Estudos de Políticas e Gestão da Educação. E-mail: betebrito10@hotmail.com.

[iii] A esfera micro fica no âmbito da Secretaria, da gestão central. Esfera micro, no âmbito da escola, gestão escolar.